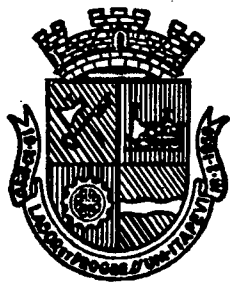


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº ³⁴ 33/94

PROJETO Nº ³³ 34/94

INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ASSUNTO (AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A ABERTURA DE CRÉDITOS
ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 30.000,00, DESTINADO A AQUISIÇÃO DO ?
imóvel de que trata o Decreto MUNICIPAL Nº 2.748, DE 30 DE MAIO DE 1.994,
E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS)

LE 1206/94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 021/94

Itapevi, 21 de julho de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo Projeto de Lei, cujo teor versa sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a aquisição do imóvel de que trata o Decreto Municipal nº 2.748, de 30 de maio de 1994, e dá providências correlatas.

A importância da propositura em tela reside em viabilizar a instalação do Juizado Informal de Conciliação e da 2ª Vara do Fórum Distrital de Itapevi, de forma a possibilitar o correto atendimento da população nos procedimentos judiciais.

Na verdade, a instalação da Vara Distrital no Município foi, de fato, uma conquista para a população itapeviense, que antes estava obrigada a recorrer ao Fórum da Comarca, em Cotia, para obtenção de prestação jurisdicional para resolução de litígios.

A instalação do Fórum Distrital de Itapevi foi realizada em razão de fatores diversos, dentre os quais se destacaram o volume de processos existente no Fórum de Cotia, que tornou impossível a continuidade do atendimento naquele edifício, tanto pela ausência de funcionários em número suficiente quanto pela ausência do espaço físico necessário, e, ainda, o reconhecimento do aumento significativo na população do Município de Itapevi, que implica, conforme quadro organizacional da estrutura da Justiça Estadual, melhor distribuição dos serviços prestados na área, o que pode ocorrer tanto pelo aumento da capacidade funcional do edifício sede quanto pela criação de novo quadro funcional para atuação em local diverso.

Ocorre que a instalação de Vara Única no Fórum Distrital se mostrou insuficiente para fornecer o atendimento necessário — fato comprovado pela pressão do Estado na ampliação do quadro, que só ocorre mediante prévio e detalhado estudo da capacidade funcional do quadro existente — tornando novamente difícil o acesso do cidadão itapeviense à Justiça.

Hoje, a ausência de funcionários em número suficiente no Fórum Distrital de Itapevi, aliada à ausência do espaço físico necessário, torna extremamente morosa a atuação da Justiça, prejudicando a população...



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

fl. 02

já que, na grande maioria, os processos em trâmite tratam de questões essenciais da vida em sociedade e até mesmo da própria sobrevivência como, a exemplo, processos relativos a pensão alimentícia.

Necessário também esclarecer que casos diversos, ainda que de menor vulto financeiro, embora de igual importância para as partes envolvidas, estão deixando de chegar ao conhecimento da Justiça Pública, que está de direito aparelhada para julgá-los por intermédio do Juizado do Informal, mas não aparelhada de fato no Município. Assim sendo, o cidadão, conhecedor das dificuldades na obtenção do direito pleiteado, sobretudo nessa espécie de causa, deixa de recorrer ao auxílio judicial, o que torna omissa a atuação da Justiça e, conseqüentemente, inadequado o relacionamento e a convivência normal da comunidade.

Comprovada a necessidade de instalação do Juizado Informal de Conciliação e da 2ª Vara do Fórum Distrital de Itapevi, impende esclarecer o motivo que ensejou a aquisição do imóvel referido no Decreto Municipal nº 2.748, de 30 de maio de 1994, e não outro, já de propriedade da Fazenda Pública Municipal, bem como a razão da abertura de Crédito Adicional Especial para fazer face a despesa de corrente da desapropriação:

A) Do Imóvel

Conforme designação constante do Decreto 2.748/94, o imóvel para o qual se pretende a instalação do Juizado Informal e da 2ª Vara do Fórum Distrital de Itapevi está localizado em área adjacente ao imóvel onde já se encontra instalado o Fórum Distrital (Vara Única), Sendo vizinho deste (de quem do imóvel a ser adquirido olha o Fórum se localiza no lado direito), poderá ser adaptado ao conjunto da instalação hoje utilizada, o que não ocorreria se fosse outra sua localização, por impedimento decorrente das normas estabelecidas pela Justiça Estadual, ou seja, todas as instalações utilizadas devem formar um conjunto, em mesmo local.

A destinação de imóvel outro, já de propriedade do Município, importaria a transferência dos serviços realizados no atual edifício, para atuação conjunta com os novos serviços. O Município não possui edificação que comporte tais atividades. Assim sendo, tal transferência importaria em custo até inimaginável para o orçamento público, já que o montante a ser dispendido com nova edificação é, reconhecidamente, muito superior ao valor de imóvel na região.

O imóvel objeto do Decreto referido (cópia anexa) se apresenta, portanto, a melhor alternativa para o Município, tanto pela localização quanto pela existência de edificação.

.../...



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

fl. 03

B) Da Abertura de Crédito Adicional Especial

O orçamento vigente, conforme Lei Municipal nº 1.175, de 01 de dezembro de 1993, não consignou dotação destinada a aquisição de imóveis pela Fazenda Municipal. Tal fato ocorreu pelo reconhecimento da necessidade de conter a despesa do Município, objetivando o real crescimento da arrecadação para realização de obras e serviços.

Não obstante, hoje se faz necessário rever tal posicionamento, e isto porque o atendimento da população é fator primordial de governo, sendo que as questões de seu legítimo interesse devem, sempre, sobrepor-se aos aspectos administrativos.

Restando comprovado que nenhum outro imóvel seria mais adequado, a aquisição da área mencionada se torna necessária, justificando, em plenitude, a alteração da disposição orçamentária inicial relativa à espécie.

Considerando a urgente necessidade de retorno ao órgão responsável pela instalação da parte funcional das novas dependências do Fórum Distrital de Itapevi, não se faz viável aguardar o início do próximo exercício financeiro, inserindo tal verba naquele orçamento. Trata-se de mais uma conquista da Administração Municipal para a população itapeviense, que, entendendo, deve ser viabilizada em tempo hábil.

Importante considerar, também, que o Instituto da Sagrada Família, atual proprietário do imóvel, é uma entidade sem fins lucrativos, destinada a finalidades educacionais, culturais e sociais, que reverterá o valor auferido pela venda do imóvel (devidamente avaliado por perito renomado, conforme Processo Administrativo nº 2.269/94) em prol de população de menor poder aquisitivo, tornando ainda mais justa a efetivação do pagamento.

Conforme determina a Lei Orgânica do Município, o Poder Executivo providenciará o encaminhamento do Projeto de Lei relativo a autorização, por parte dessa Colenda Casa, para que seja realizada a ocupação do imóvel para instalação do Juizado Informal de Conciliação e da 2ª Vara do Fórum Distrital de Itapevi, considerando que para tanto é necessário que o imóvel esteja transferido para o domínio da Fazenda Pública Municipal, fato que só ocorrerá mediante aprovação da presente propositura.

Em razão de todo o exposto, que retratou a relevância da propositura para a comunidade, so licito seja a apreciação por parte desse Legislativo realiza
.../...



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

fl. 04

da em regime de urgência, conforme autoriza o disposto no ar
tigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta pa
ra o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a
Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada
estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD.Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

A COMISSÃO DE... n.º 01
Sala das sessões... 26 / 07 / 94
Presidente

APROVADO em... 1.ª Discussão
Sala das sessões... 26 / 07 / 1994
Presidente

APROVADO em... 2.ª Discussão
Sala das sessões... 26 / 07 / 1994
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 33/94

(Autoriza o Poder Executivo a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 30.000,00, destinado a aquisição do imóvel de que trata o Decreto Municipal nº 2.748, de 30 de maio de 1994, e dá providências correlatas)

JOÃO CARLOS CARANEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.175, de 01 de dezembro de 1993, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a aquisição, pela Fazenda Municipal, do imóvel de que trata o Decreto Municipal nº 2.748, de 30 de maio de 1994.

Art. 2º O crédito referido no art. 1º será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício financeiro, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 21 de julho de 1994

JOÃO CARLOS CARANEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos

RECEBEMOS
25 / 07 / 94
Caranez
SECRETARIA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 033/94

Senhor Presidente,

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito, a propositura tem por finalidade autorizar o Executivo a adquirir imóvel destinado a instalação do Juizado Informal de Conciliação e da 2ª Vara do Forum Distrital' de Itapevi.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões 26 de julho de 1.994.-

Comissão 01

Dr. Hermenegêz José Sant'Anna

João Ferreira de Monte

Dra Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão 02

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 033/94

Senhor Presidente,

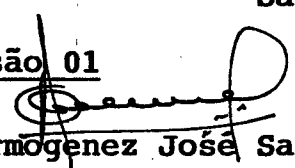
Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

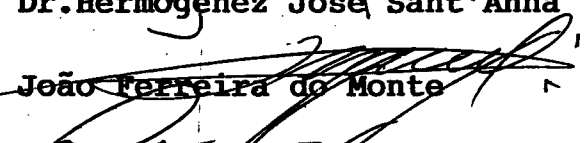
Quanto ao mérito, a propositura tem por finalidade autorizar o Executivo a adquirir imóvel destinado a instalação do Juizado Informal de Conciliação e da 2ª Vara do Forum Distrital' de Itapevi.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.


Sala das Comissões 26 de julho de 1.994.-

Comissão 01


Dr. Hermogenez José Sant'Anna


João Ferreira do Monte


Maria Ruth Banholzer


Lafaiete Rodrigues


Jadir Francisco de Souza

Comissão 02

Laerte Casagrande


Sergio Montanheiro


George Xavier Pereira


Manoel Viana Filho


Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R F O N º 026/94

(Projeto de Lei nº 033/94-DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:-

"Autoriza o Poder Executivo a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 30.000,00, destinado a aquisição do imóvel de que trata o Decreto Municipal nº / 2.748, de 30 de maio de 1994 e dá providências correlatas."

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei Municipal nº / 1.175, de 01 de dezembro de 1993, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a aquisição, pela Fazenda Municipal, do imóvel de que trata o Decreto Municipal nº 2.748, de 30 de maio de 1.994.

Art.2º - O Crédito referido no art.1º será coberto com recursos provenientes do exesso de arrecadação previsto para o corrente exercício financeiro, em conformidade com o disposto no art.43 § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPEVI, 27
DE JULHO DE 1.994.

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO


PRESIDENTE

NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA


1ª-SECRETÁRIA

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.206, DE 27 DE JULHO DE 1994

(Autoriza o Poder Executivo a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 30.000,00, destinado a aquisição do imóvel de que trata o Decreto Municipal nº 2.748, de 30 de maio de 1994, e dá providências correlatas)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.175, de 01 de dezembro de 1993, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a aquisição, pela Fazenda Municipal, do imóvel de que trata o Decreto Municipal nº 2.748, de 30 de maio de 1994.

Art. 2º O crédito referido no art. 1º será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício financeiro, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 27 de julho de 1994

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.206/94

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 27 de julho de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete